



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira de Oliveira, informações detalhadas sobre a recente Operação Rejeito, que apura esquema bilionário de corrupção envolvendo servidores públicos e diretores da Agência Nacional de Mineração (ANM), conforme amplamente divulgado pela imprensa.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira de Oliveira, informações detalhadas sobre a recente Operação Rejeito, que apura esquema bilionário de corrupção envolvendo servidores públicos e diretores da Agência Nacional de Mineração (ANM), conforme amplamente divulgado pela imprensa.

Nesses termos, requisita-se:

1. Supervisão e responsabilidades do MME em relação à ANM:

- Quais metodologias, instrumentos de gestão e práticas o MME utiliza para supervisionar, orientar e definir objetivos estratégicos para a ANM, conforme atribuição legal? Solicita-se a remessa de documentos comprobatórios que detalhem essas práticas.



- Como o MME avalia o desempenho da ANM em termos de eficiência, segurança, sustentabilidade e conformidade legal? Solicita-se a remessa de relatórios ou documentos que evidenciem esses processos de avaliação.
- Quais critérios e processos o MME utiliza para aprovação de regimento interno, diretrizes e temas estratégicos da ANM? Solicita-se a remessa de documentos que comprovem esses procedimentos.
- Quais medidas corretivas, administrativas ou disciplinares o MME adotou frente às irregularidades identificadas na Operação Rejeito? Solicita-se a remessa de documentos que comprovem essas ações.

2. Fiscalização, impactos e transparência:

- Quais relatórios de fiscalização da ANM, disponibilizados ao MME, sobre os projetos minerários relacionados à investigação estão disponíveis? Solicita-se a remessa desses relatórios.
- Quais impactos ambientais e sociais decorrentes das atividades minerárias sob suspeita foram identificados? Solicita-se a remessa de estudos ou relatórios que evidenciem esses impactos.
- Quais ações corretivas foram implementadas e quais resultados foram alcançados? Solicita-se a remessa de documentos que comprovem essas ações e resultados.
- Como o MME integra-se com órgãos de controle externo (CGU, PF, TCU) para monitoramento preventivo de riscos no setor mineral? Solicita-se a remessa de documentos que detalhem essa integração.

3. Prevenção de fraudes e fortalecimento institucional:

- Quais mecanismos o MME planeja adotar para prevenir ocorrência de fraudes ou irregularidades graves na ANM, incluindo práticas de *compliance*, *accountability*, mapeamento de riscos, auditorias



periódicas e gestão por indicadores? Solicita-se a remessa de documentos que comprovem esses planos.

- Quais políticas e programas internos de fortalecimento institucional, transparência e governança o MME implementou ou pretende implementar na ANM? Solicita-se a remessa de documentos que evidenciem essas políticas e programas.
- Quais ações o MME prevê para garantir que a exploração mineral contribua para o desenvolvimento econômico e social sustentável das regiões mineradoras, em especial em Minas Gerais? Solicita-se a remessa de documentos que detalhem essas ações.

4. Impacto na imagem do país e estratégias de mitigação:

- Considerando o momento atual em que há expectativa de aumento de investimentos no setor mineral, com atenção de investidores internacionais, visitas de autoridades do Governo Federal e setores empresariais nacionais, quais impactos a Operação Rejeito pode ter na imagem do país perante possíveis parceiros? Solicita-se remessa de estudos, relatórios ou pareceres que fundamentem essa análise.
- Quais estratégias o Ministério de Minas e Energia pretende adotar, inclusive em articulação com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), para mitigar eventuais danos à imagem do país decorrentes da Operação Rejeito, destacando medidas para reforço da integridade, combate à corrupção e redução do chamado custo Brasil? Solicita-se remessa de documentos ou planos estratégicos que detalhem essas ações.

5. Detecção precoce e tecnologias de prevenção:

- Diante do volume expressivo de recursos desviados na Operação Rejeito, quais mecanismos e instrumentos o Ministério de Minas e Energia e a ANM adotam atualmente e planejam implementar futuramente para detectar precocemente práticas irregulares e



impedir que fraudes atinjam proporções tão elevadas? Quais tecnologias, sistemas de inteligência, ferramentas de auditoria e, eventualmente, recursos de inteligência artificial serão utilizados para estancar eventuais desvios em tempo hábil, garantindo que recursos públicos e minerais sejam efetivamente utilizados para o interesse social? Solicita-se a remessa de documentos, planos de ação ou protocolos que evidenciem esses mecanismos de prevenção e contenção, presentes e futuros.

JUSTIFICAÇÃO

A Operação Rejeito expôs um esquema de corrupção bilionário envolvendo servidores públicos e diretores da Agência Nacional de Mineração (ANM). Isso destrói a confiança da sociedade e de investidores internacionais na gestão do setor mineral brasileiro. Este fato é ainda mais grave quando se analisa o cenário do Norte de Minas Gerais, uma região rica em minérios, mas historicamente marcada por indicadores sociais e econômicos alarmantes.

Apesar de sua enorme riqueza mineral, a região sofre com elevados índices de pobreza e desigualdade. Essa gritante disparidade entre a riqueza mineral e a pobreza social reflete uma falha estrutural profunda na gestão dos recursos naturais, que não têm sido convertidos em benefícios tangíveis para a população local.

A atuação de agentes públicos envolvidos em esquemas como este agrava a situação, desviando recursos que seriam essenciais para o desenvolvimento socioeconômico da região. Além disso, a credibilidade da ANM, que é crucial para atrair investimentos nacionais e estrangeiros, é irremediavelmente comprometida.

O valor estimado do esquema é de aproximadamente R\$ 18 bilhões, montante suficiente para fornecer cestas básicas para mais de 2 milhões de famílias



durante um ano (considerando o valor médio da cesta). Em regiões como o Norte de Minas, onde a insegurança alimentar afeta grande parte da população, a destinação desses recursos poderia ter representado um alívio significativo no combate à fome e à pobreza, promovendo um desenvolvimento mais justo e sustentável.

A divulgação de uma operação que confirma crimes de organização criminosa, corrupção e lavagem de dinheiro, somados a crimes ambientais, causa um impacto devastador na reputação do Brasil, especialmente em um ano crucial como o da COP 30. O setor de mineração, que já enfrenta escrutínio global por suas práticas, tem sua imagem ainda mais manchada. Isso prejudica os esforços do país para se posicionar como líder na agenda de sustentabilidade e para atrair investimentos que sigam padrões ambientais, sociais e de governança (ESG). A percepção de que a exploração de recursos naturais é sinônimo de destruição e corrupção compromete diretamente nossa capacidade de negociar e liderar no cenário internacional.

É imperativo que o Ministério de Minas e Energia (MME) adote práticas robustas de *compliance*, *accountability*, mapeamento de riscos e outras ferramentas modernas de gestão para reverter esse quadro. Essas medidas são fundamentais para prevenir fraudes e garantir que a exploração mineral contribua de fato para a melhoria da qualidade de vida da população local e para o progresso do Brasil.

Diante da gravidade dos fatos e do impacto potencial sobre a imagem do país, sobre investimentos estratégicos e sobre os recursos que deveriam beneficiar a população, as informações requeridas são essenciais para que o Senado Federal exerça plenamente seu papel de fiscalização. O conhecimento detalhado sobre a supervisão do MME, prevenção de fraudes e estratégias de mitigação nos



permitirá avaliar se as medidas adotadas são adequadas e suficientes para garantir transparência, integridade e um futuro sustentável para o setor mineral.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 2025.

Senadora Damares Alves

